

O CONTEXTO DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ESPÍRITO SANTO: reflexões iniciais

Brenda Martins Xavier

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria das Graças Chagas de Arruda Nascimento

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de Doutorado que visa analisar sob a ótica de Ball (1994, 2021) a Política de Formação de Professores do estado do Espírito Santo. Em diálogo com autores como Stephen Ball, Mainardes, Nóvoa, Schön e Nascimento, este artigo apresenta algumas reflexões acerca do contexto de influência internacional, nacional e local para a criação do texto dessa política. Através da metodologia de análise documental de leis, regimentos e documentos oficiais internacionais e nacionais sobre formação continuada, os resultados do estudo acerca desse ciclo de influência apontam que órgãos como OCDE, MEC, entre outros apresentam discursos que direcionam os governos a atuarem na formação continuada visando uma melhoria dos resultados dos alunos em avaliações de grande escala. Essa influência é o que gera o texto da política pesquisada que também passa a servir de modelo para outros estados. O artigo ainda aponta para a necessidade de aprofundamento no que tange ao contexto de influência sobre políticas de formação continuada.

Palavras-chave: formação continuada; ciclo de políticas; Ball; formação de professores.

THE INFLUENCE CONTEXT IN ESPÍRITO SANTO'S TEACHER TRAINING POLICY: Initial thoughts

ABSTRACT

This article is part of a Doctoral research that aims to analyze from the perspective of Ball (1994, 2021) the Teacher Training Policy of the state of Espírito Santo. This article will present some reflections about the context of international, national and local influence on the creation of this policy text. This article discusses this matter with authors such as Stephen Ball, Mainardes, Nóvoa, Schön and Nascimento. The methodology for this policy cycle is a documental analysis of international and national laws, regulations and official documents on continuing education. The results indicate that organizations such as OECD, MEC, among others, have discourses that influence governments to act in continuing education, aiming at improving student results in large-scale assessments. The text that was produced in Espírito Santo will also inflict some influential power in other states continuing education policies.

This article also points to the need to deepen the context of influence on continuing education policies.

Keywords: continuing education; policy cycle approach; Ball; teacher's training.

EL CONTEXTO DE INFLUENCIA DE LA POLÍTICA DE FORMACIÓN DOCENTE DE ESPÍRITO SANTO: reflexiones iniciales

RESUMEN

Este artículo es parte de una investigación de doctorado que tiene como objetivo analizar la perspectiva de Ball (1994, 2021) la Política de Formación Docente del estado de Espírito Santo. Este artículo presentará algunas reflexiones sobre el contexto de influencia internacional, nacional y local para la elaboración del texto de esta política. Este artículo dialoga con autores como Stephen Ball, Mainardes, Nóvoa, Schön y Nascimento. La metodología para este ciclo de influencia es el análisis documental de leyes, reglamentos y documentos oficiales internacionales y nacionales sobre educación continua. Los resultados indican que organizaciones como la OCDE, MEC, entre otras, tienen discursos que influyen en los gobiernos para actuar en la educación continua, con el objetivo de mejorar los resultados de los estudiantes en las evaluaciones de gran escala. Esta influencia es la que genera el texto de la política investigada, que también se convierte en una influencia para otros estados. El artículo también apunta a la necesidad de profundizar el contexto de influencia en las políticas de educación permanente.

Palabras clave: educación continua; ciclo de política; Ball; formación de profesores.

Introdução

Esse artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga a Política de Formação de Professores do estado do Espírito Santo, promulgada pela portaria 185-R publicada no Diário Oficial do Espírito Santo, no fim de 2018.

Apresento aqui algumas reflexões sobre os achados da pesquisa referentes ao contexto de formulação no qual a política se deu. É importante frisar que essa pesquisa utiliza como metodologia e epistemologia o ciclo de políticas de Ball e que esse artigo se volta apenas para a dimensão do contexto de influência (Ball, 1994). Ressalto que a política pública afeta e é afetada em todos os seus ciclos, que são reinterpretados múltiplas vezes pelos mais diversos atores¹. Também é relevante destacar que apenas o contexto de influência não é suficiente

¹ Utilizo o termo ator, pois Ball utiliza ao longo de toda a sua produção o termo “atuar políticas”. Segundo a tradutora do livro *Como as Escolas Fazem políticas*: “O termo *enactment* é de difícil tradução (...)”. Neste livro, os autores a utilizam no sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser

para que lancemos um olhar mais aprofundado sobre as possíveis interpretações dessa política.

Mainardes defende que para que os ciclos de políticas apresentem uma coesão significativa em um trabalho, a perspectiva no momento de pesquisa deve ser de uma epistemometodologia. O autor define que a epistemometodologia

[...] é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e de um posicionamento epistemológico. Refere-se ao nível de coerência entre os diferentes aspectos da pesquisa (objetivos, referencial teórico, metodologia, análises, conclusões). Nenhuma metodologia é neutra. Por essa razão, ao explicitar suas bases epistemológicas, o pesquisador pode exercer a vigilância epistemológica em sua pesquisa, cuja construção parte da perspectiva e do posicionamento epistemológicos assumidos. O sentido de reunir as palavras epistemologia e metodologia deseja representar que a metodologia da pesquisa decorre das orientações epistemológicas do pesquisador. O enfoque epistemometodológico pode ser compreendido como o fio condutor que articula todos os elementos da pesquisa, ampliando sua coerência, consistência e rigorosidade. (Mainardes, 2017, p. 4).

Nesse artigo, atento que o ciclo de política é uma teoria que orienta todos os recursos teóricos e metodológicos. Essa maneira de investigação permite que haja uma integração coesa e uma maior posição de vigilância perante os contextos, incluindo o contexto de influência apresentado nesse artigo.

O contexto de influência se faz fundamental para a análise, pois evidencia discursos presentes na sociedade acerca da política, nesse caso a de formação continuada de professores. É preciso ver com um olhar atento quais são as instituições que influenciam as políticas de formação docente atuais para entender as possíveis interpretações na promulgação do texto e no contexto da prática na escola. Ball *apud* Leite (2013, p.2) elucida que a “ideia da trajetória é para mostrar o movimento pelo qual a política percorre através do tempo e do espaço. Esse movimento tem um grau de incerteza de como a política pode se mover de um contexto para o outro”.

E que esse processo

apresentado/ representado de diferentes formas (...). Os autores usam esse termo para indicar que as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas. Os atores envolvidos (no caso, os professores) têm o controle do processo e não são "meros implementadores" das políticas. Para a Língua Portuguesa, "*policyenactment*" pode ser entendido como as políticas são encenadas, colocadas em ação. É importante destacar que Stephen J. Ball rejeita a noção de que as políticas são implementadas. (Ball et al, 2021, p. 24, nota de rodapé 1)

é considerado como um ciclo contínuo, no qual as políticas são formuladas e recriadas. Os três ciclos principais do ciclo de políticas são o contexto de influência, de produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos são intimamente ligados e inter-relacionados, não têm dimensão temporal nem sequencial e não constituem etapas lineares. (Ball e Mainardes, 2011, p.157).

Nenhuma etapa do ciclo de políticas por si só é restritiva, pois, como já dito, a política se ressignifica ao entrar em contato com os múltiplos atores sociais. Não há nenhum sujeito em torno da política que seja estritamente passivo em sua interpretação.

De mesma importância, destaco que na presente política o contexto de influência continua a agir diretamente nos outros contextos, por se tratar de uma política muito recente e nunca antes pesquisada. Para além disso, o contexto da prática é uma rede estadual o que gera inúmeras interpretações sobre a mesma política e que possui inúmeros contextos de influência.

Ainda que políticas municipais, realidades escolares e culturais atuem diretamente na mudança interpretativa da política e façam uma influência direta, não é desse contexto de influência que o artigo tratará. Ao invés, apresento o contexto de influência que culmina no texto da política sancionada em 2018 com o objetivo de investigar quais são os discursos por trás da estratégia de formação de professores instituída no Espírito Santo.

A formação continuada: alguns pontos de partida teóricos

Autores como Nóvoa (1991), Schön (1992) e Zeichner (1998) nos anos 90 defendem a formação docente como um contínuo ao longo de todo o exercício profissional, em consonância com Nascimento (1996) que descreve esse trajeto como uma formação que não finda na graduação e abarca cursos de extensão, especializações, cursos ofertados pela rede.

A escola também faz parte do ambiente de formação continuada, principalmente quando há formação *in loco* voltada para as demandas de uma determinada comunidade escolar. Esse tipo de ação voltada aos desafios e características de uma realidade escolar da qual um grupo de professores faz parte constitui-se como uma estratégia de formação em serviço (Nascimento, 1996).

A formação continuada de professores vem ganhando relevância nos últimos 60 anos em uma escala global, sendo possível observar a maior participação de órgãos como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial na elaboração de propostas nesse sentido ao longo dos anos.

Ambas as instituições fomentam a formação continuada de professores sob uma ótica de que esta afetará diretamente os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações de larga escala. Este posicionamento mascara como formação uma perspectiva de responsabilização dos docentes pelo desempenho dos discentes, ignorando completamente as muitas variáveis que também influenciam nesses resultados, tais quais o contexto socioeconômico, as diversas realidades familiares, o panorama socioeconômico nacional, entre tantos outros fatores. O contexto de influência internacional promove formações em blocos que pretendem sanar de uma forma homogênea problemas de realidades muito díspares, atribuindo ao professor a responsabilidade do insucesso quando estas questões não são resolvidas.

Professores que tem um desenvolvimento profissional contínuo e baseado na realidade escolar, que podem contar com seus pares em seu ambiente de trabalho para resoluções de problemas e debates sobre as múltiplas demandas que aparecem na escola, evidentemente poderão melhorar o processo de ensino-aprendizagem. O aprimoramento da prática docente, no entanto, não deve ser atribuído exclusivamente à necessidade de otimização de indicadores educacionais; uma vez que a formação continuada deve desenvolver profissionalmente o docente e não ser entendida como o único elemento responsável pelos resultados em avaliações de larga escala.

É nessa relação entre academia e instituições político-econômicas que o contexto de influência da Política de Formação de Professores do Espírito Santo é formulado e interpretado.

O Espírito Santo e a rede de ensino

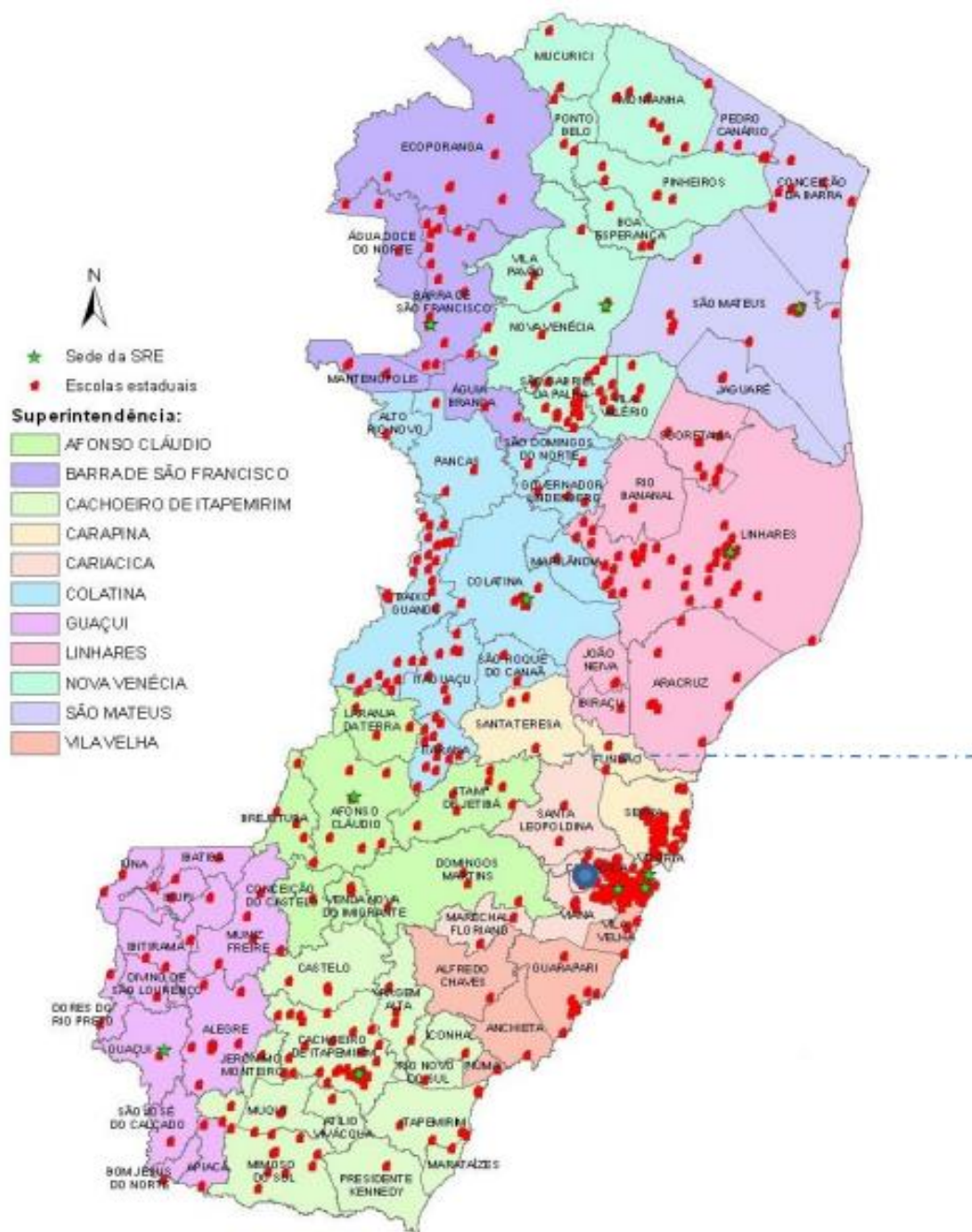
O estado do Espírito Santo está localizado na região sudeste do Brasil e possui 78 municípios em suas fronteiras, contando com aproximadamente 4.108.508 habitantes (IBGE). É um estado que possui cadeias de produção de petróleo e gás, siderurgia e mineração, celulose, rochas ornamentais, café e agropecuária (Governo do Espírito Santo).

As cidades do estado são em sua maioria de porte médio para pequeno, sendo somente cinco cidades com mais de 200 mil habitantes (IBGE, 2021). Das 78 cidades do estado, 27 dependem da complementação de renda estadual, (Valfré, 2019).

No que diz respeito às redes de ensino, a rede estadual possui cerca de 535 escolas (SEDU, 2018). Essas escolas atendem 225.786 alunos matriculados no ano de 2022 (SEDU, 2022), sendo 54 mil beneficiários do Bolsa Família e 95% das escolas em áreas urbanas. Como

supracitado, esses perímetros urbanos são cidades de pequeno porte. A seguir, apresento um mapa com a distribuição dessas escolas no Estado:

Figura 1 - Mapa do Espírito Santo



***Fonte: INEP Censo Escolar**

Fonte: INEP Censo Escolar.

Aqui é possível perceber uma quantidade maior de escolas na região metropolitana da Grande Vitória. Nessa região, os municípios de Serra e Cariacica possuem a maior quantidade de escolas do estado. Outras duas cidades em que há uma maior concentração de escolas são Linhares e Cachoeiro.

O governo do estado do Espírito Santo estende sua atuação nas escolas através de portarias e decretos direcionados às escolas municipais. As redes municipais e estadual compartilham o segmento dos anos finais do ensino fundamental como área de atuação, sendo responsáveis por alunos do 6º ao 9º ano concomitantemente. As escolas seguem medidas similares ou compatíveis com as escolas estaduais a fim de evitar uma ruptura na transição de alunos entre as duas redes. Outra característica no que diz respeito às escolas é a distância pequena entre os municípios, gerando uma dinâmica de traslado em que alunos de áreas rurais frequentem a aula em outras cidades, de maior porte.

O contexto de influência: reflexões iniciais

Para chegar à discussão que permeia a política pesquisada faz-se necessário recorrer a orientações internacionais, nacionais, regionais e locais. Na elaboração desse artigo foram necessárias: uma consulta aos documentos oficiais do MEC (Ministério da Educação) sobre movimentos em prol da formação continuada de professores, consulta a movimentos e documentos com o mesmo foco em sindicatos e uma busca na perspectiva da colaboradora para o texto da política: a Fundação Carlos Chagas. Também foi preciso recorrer a documentos de órgãos de influência internacional, tal qual a OCDE, que recorrentemente reforça a ideia de que a formação docente deve ocorrer ininterruptamente.

Esse espaço da influência é amplo e conta com muitas outras frentes que negociam suas pautas, concedendo e disputando as principais demandas que irão integrar o texto promulgado. Como já citado, o contexto de influência não se finda com a promulgação de um texto, então é comum que esses órgãos continuem a gerar influências e que o texto político vá se modificando à medida que os discursos adentram o contexto de influência, texto e prática.

As reflexões aqui apresentadas foram construídas através das primeiras informações coletadas em uma etapa inicial da investigação que estou realizando referente à Política de Formação de Professores, momento em que busco ainda um aprofundamento no contexto de influência e apresento aqui reflexões.

A análise de políticas públicas educacionais traz as vozes de realidades sociais distintas em esferas local, nacional e mundial. Esse grande escopo de contribuições se dá devido à globalização e ao fácil acesso à informação que desvela os mais diversos processos de ensino-aprendizagem em outras cidades e países, gerando uma malha contínua de influências que atravessam delimitações geográficas.

No documento *Education Policy Outlook 2019* podemos ver uma das influências do contexto mundial na formação continuada. Esse documento destaca em vários momentos que apenas atrair novos professores não é suficiente, mas que “manter os professores na docência” é “uma prioridade” (OCDE, 2019, tradução nossa). É possível perceber a preocupação do órgão no que diz respeito às políticas de formação continuada, uma vez que a própria OCDE investigou e concluiu que “políticas relacionadas à qualidade da formação de professores mudou de foco da formação inicial para o desenvolvimento profissional” (OCDE, 2019, tradução nossa).

Embora tenha ocorrido uma mudança no discurso, ainda vemos pouca influência de falas como essa no contexto latino-americano, já que as políticas de formação continuada e acolhimento dos professores iniciantes só passaram a ter uma expressividade a partir de 2018, com pouquíssimas políticas estabelecidas em âmbito nacional (Cruz, Faria e Hobold, 2020).

Outra esfera internacional de grande influência sobre a formação continuada de professores é a *International Summit on the Teaching Profession* (Cúpula Internacional da Profissão Docente ou ISTP). Trata-se de encontros anuais em que os temas discutidos são decididos pelo país sede junto a OCDE e a *Education International*, uma federação sindical que representa professores globalmente. Segundo a própria OCDE, o ISTP possui uma relevância muito grande para os países participantes no que diz respeito ao exercício profissional e formação docente, como notado em um levantamento feito no *Education Policy Outlook 2019* sobre os temas discutidos nas (Cúpulas), a em que a Organização concluiu que todas as reuniões até presente data trataram de:

formação inicial, avaliação e compensação do professorado; engajamento profissional nas reformas educacionais, gerando líderes escolares efetivos; avaliação como forma de melhorar a profissão docente; capacitar professores de alta competência para as escolas mais necessitadas; atingir a equidade entre os sistemas educacionais; melhorar a confiança docente nas próprias habilidades; **quais políticas podem ajudar professores a adquirirem o conhecimento e as habilidades que eles precisam; desenvolvimento profissional e formação continuada para auxiliar o trabalho docente;** reafirmar as estruturas e políticas educacionais e possibilitar pedagogias para o futuro (OCDE, 2019, tradução nossa, grifo nosso)

É notável como o contexto de influência em nível global age em políticas de formação continuada e programas para o desenvolvimento profissional docente, ainda sob a perspectiva da OCDE, os países veem os encontros como um momento de alta importância para a criação de novas políticas públicas no ramo educacional. Analisando este discurso, é possível compreender como eventos do gênero das ISTPs influenciam e direcionam as políticas de uma maneira geral, apresentando o aprimoramento profissional como uma possível solução para à evasão docente e a formação continuada como uma oportunidade de melhoria dos resultados em macro avaliações, intencionando uma melhoria de aprendizado em escala mundial.

No tocante ao contexto de influência nacional, vemos um direcionamento semelhante às diretrizes globais: O governo após uma resolução federal em 2020 criou a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (Brasil, 2020). Muito semelhante ao teor do que já foi apresentado aqui pelos documentos da OCDE, a política nacional tenta regular a maneira como a formação continuada de professores ocorre em solo brasileiro entre outras questões propostas pelos órgãos globais como a valorização da profissão docente e a colaboração entre a nação e os estados em ações formativas. Também em concordância com a OCDE e afins o texto conceitua a formação continuada como algo permanente e inerente ao exercício da docência, reforçando também a importância de práticas de formação continuada e troca entre pares (Brasil, 2020).

O Ministério da Educação (MEC) apresenta amplas iniciativas formativas como cursos de “atualização” com 40 horas até uma pós-graduação. Para que formações como essas não percam o contato com o chão da escola, o documento recomenda que

(...) é recomendada às IES a criação de institutos/unidades integradas para a formação de professores, que tenham no seu corpo docente, além daqueles que compõem a instituição formadora, professores experientes das redes escolares de ensino, criando, assim, uma ponte orgânica e contextualizada entre a Educação Superior e a Educação Básica.” (Brasil, 2020)

Todas essas medidas estão em concordância parcial ou total com os objetivos propostos pelos órgãos internacionais, integrando o contexto nacional que a Política de Formação de Professores do Espírito Santo se encontra, mesmo tendo seu texto promulgado antes da BNC-Formação Continuada.

Não é somente através de documentos de órgãos oficiais ou leis que podemos ver o contexto de influência de uma política, mas também através de conjuntos de participação social que possuem um discurso coletivo (Mainardes, 2006, p. 51). A Política de Formação de Professores do Espírito Santo não é apenas um fruto do contexto de influência internacional, nacional e local, mas também é uma influenciadora nesses cenários.

A Fundação Carlos Chagas também traz também um discurso influente para essa política, haja visto que foi através de sua assessoria que o governo criou o texto que rege a Política de Formação de Professores. A instituição está inclusive presente nos agradecimentos do texto:

A construção deste documento não seria possível sem a parceria preciosa dos gestores, das equipes técnico-pedagógicas da SEDU das Redes Municipais e assessoria da Fundação Carlos Chagas, que participaram de reuniões de análise e discussão dos componentes durante todo o processo de construção da Política de Formação. (Espírito Santo, 2018, p. 6)

Uma peculiaridade no histórico dessa política, é a troca de governo em menos de um mês após a sua promulgação no Diário Oficial do Espírito Santo. O governador atual, Renato Casagrande, tomou posse do seu 3º mandato como governador (sendo dois mandatos conjuntos, seguidos por dois mandatos de Paulo Hartung antes do retorno ao Governo) do Espírito Santo no dia 1º de janeiro de 2019. O texto da Política de Formação de Professores do Espírito Santo foi publicado no diário oficial no dia 21 de dezembro de 2018, fato relevante para o contexto de influência, pois é muito comum nas políticas públicas que a mudança de mandato cause rupturas interpretativas ou até mesmo o fim de determinadas iniciativas.

Essa política manteve as iniciativas propostas pela portaria e impediu que a Política de Formação de Professores do Espírito Santo fosse descontinuada, diferenciando-se um pouco nesse sentido, dos cenários locais e nacionais.

Conclusões

Como podemos ver, os contextos de influência afetam os discursos presentes nas políticas públicas. No campo da formação continuada não é diferente, uma vez que através de discursos que ganham forças pelos órgãos internacionais, nacionais e locais, somos capazes de ver como um texto político se torna um espaço de disputa entre diferentes frentes.

Neste artigo, apresentei apenas algumas percepções iniciais de uma pesquisa em andamento, fazendo-se necessário ainda, um maior aprofundamento dos discursos aqui apresentados, principalmente àquele que diz respeito ao viés econômico por trás da relação formação docente e rendimento dos alunos.

Outro ponto que é necessário destacar é que a Política de Formação de Professores não teve muito tempo para ser interpretada no contexto da prática, pois com a pandemia de COVID-19 o ambiente escolar se transformou e os espaços formativos na escola foram ressignificados. Porém, através de conversas informais com professores da rede pude saber que alguns itens do texto político ainda possuem suas interpretações em contextos práticos, como por exemplo, o acesso à tecnologia por parte de professores e alunos (Assessoria de Comunicação do Governo do Espírito Santo, 2021).

Cabe agora uma investigação mais aprofundada acerca das perspectivas da formação continuada do estado do Espírito Santo, fruto da pesquisa em andamento que realizo. Será possível futuramente, verificar se os sujeitos interpretam a iniciativa da Política de Formação dos Professores do Espírito Santo através de uma perspectiva internacional focada em resultados avaliativos; através da definição acadêmica de formação continuada docente ou ainda, se os docentes encaram as ações como um misto dessas duas visões.

Referências

- A Gazeta. Em 27 cidades do ES, receitas próprias não são 10% do total; veja lista. A Gazeta, 06 de novembro de 2019. Recuperado em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/em-27-cidades-do-es-receitas-proprias-nao-sao-10-do-total-veja-lista-1119>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- Assessoria de Comunicação do Governo do Espírito Santo. Governador assina Projeto de Lei que autoriza benefício para aquisição de computadores por professores. Espírito Santo, 16 de abr. de 2021. Recuperado em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governador-assina-projeto-de-lei-que-autoriza-beneficio-para-aquisicao-de-computadores-por-professores>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- Ball, Stephen.J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- Ball, Stephen. J.; Mainardes, Jefferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez. 2011.
- Ball, Stephen. J.; Maguire, Meg; Braun, Anette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

- Brasil. (2020). Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 208, p. 103-106, 27 out 2020.
- Cruz, Giseli. B. Da; Farias, Isabel. M. S. De; Hobold, Márcia. De S. Indução profissional e o início do trabalho docente: debates e necessidades. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v.14, 1-15, jan-dez, 2020.
- Espírito Santo. (2018). Portaria Nº 185-R, de 21 de dezembro de 2018. Institui a Política de Formação de Professores do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo: Vitória, ES, edição 24887, p. 79-102, 27 out 2020.
- Governo do Espírito Santo. Economia diversificada. Espírito Santo, 2022. Recuperado em: <https://www.es.gov.br/economia-diversificada-2>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- IBGE. Estimativas da População. Brasil: IBGE, 2021. Recuperado em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20220419.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.
- IBGE. (27 de agosto de 2021). Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Recuperado em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 20 set. 2021.
- Leite, Vânia. F. A. *Prática Pedagógica na Escola de Leitores: O Equilíbrio entre Modelo de Competência e o Modelo de Desempenho*. In: Reunião Nacional da ANPEd, 36, 2013, Goiânia - GO. Anais. Recuperado em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/171-trabalhos-gt13-educacao-fundamental>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- Mainardes, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.
- Mainardes, Jefferson. A pesquisa sobre política educacional no brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. *Educação em Revista* [online]. 2017, v. 33. Recuperado em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- Nascimento, Maria. G. C. A. de. *A escola como espaço de formação continuada de professores: análise de uma experiência*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Rio de Janeiro. 1996.
- Nóvoa, Antônio. Concepções e práticas de formação contínua de professores. *Formação contínua de Professores: realidades e perspectivas*. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes* (Relatório de Pesquisa). São Paulo: Moderna, 2006.

OECD. (2019). *Education Policy Outlook 2019: Working Together to Help Students Achieve their Potential*, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/2b8ad56e-en>.

Schön, Donald. A. Formar professores como profissionais reflexivos. *Professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

Secretaria Estadual De Educação Do Espírito Santo (SEDU). Escolas estaduais. Espírito Santo, 2018. Recuperado em: <https://sedu.es.gov.br/escolas-e-diretores>. Acesso em: 2 jan. 2022.

Secretaria Estadual De Educação Do Espírito Santo (SEDU). Painel de monitoramento – SEGES Matrículas. Espírito Santo, 2022. Recuperado em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjhmZDczNDQtNzI0OC00ZTgwLWI5ODUtNmI3NjNlN2YyODhjIiwidCI6IjZiOTZhMTUxLWY1MWUtNDdlNi04ZTRiLTRkZThhYTcyNTYwNSJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 2 jan. 2022.

Zeichner, Kenneth. M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. *Cartografias do trabalho docente: professor (a) pesquisador (a)*. Campinas, Mercado das Letras: Associação de Leitura no Brasil, 1998.

*Submetido em junho de 2024
Aprovado em agosto de 2024*

Informações autorais

Brenda Martins Xavier

Doutoranda em Educação - UFRJ

GEPROD – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Profissão e Formação Docente:

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3247-5508>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2242618429762294>

E-mail: brenda_mxavier6@hotmail.com

Maria das Graças Chagas de Arruda Nascimento

Professora do setor de Didática - UFRJ

GEPROD – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Profissão e Formação Docente:

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6334-4121>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0609119454872844>

E-mail: mgracaskan@gmail.com